



CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 67, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022.

Institui o Grupo de Trabalho para Aperfeiçoamento do Módulo de Extração de Dados para o e-Gestão do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO e do CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a [Resolução CNJ n. 462, de 6 de junho de 2022](#), que dispõe sobre a gestão de dados e estatística, e cria a Rede de Pesquisas Judiciárias e os Grupos de Pesquisas Judiciárias – GPJ no âmbito do Poder Judiciário,

Considerando o [Ato TST.GP n. 229, de 16 de maio de 2022](#), que dispõe sobre a criação da Secretaria de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados – SEPJD no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho,

Considerando o [Ato Conjunto TST.CSJT.GP n. 48, de 8 de julho de 2022](#), que atribui à SEPJD as funções de coordenação e articulação dos grupos de pesquisas judiciárias (GPJs) instituídos no segmento da Justiça do Trabalho,

Considerando o [Ato GCGJT n. 7, de 23 de junho de 2016](#), que dispõe sobre o Módulo de Extração de Dados do Sistema PJe-JT para o e-Gestão,

Considerando o [Ato GCGJT n. 10, de 21 de agosto de 2017](#), que instituiu o Grupo Técnico de Aperfeiçoamento da Plataforma Tecnológica do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho - e-Gestão, e

Considerando o disposto no Processo Administrativo TST n. 6000929/2022-00,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho para Aperfeiçoamento do Módulo de Extração de Dados para o e-Gestão do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - gt-Extrator, tendo por objeto aumentar a capacidade de atendimento às demandas de desenvolvimento de sistemas apresentadas pelo Comitê Gestor Nacional, pelos Comitês

Gestores Regionais e pelo Grupo de Trabalho do Sistema e-Gestão.

Art. 2º Integram o gt-Extrator os servidores:

I - Eduardo Ramos Corrêa, do Tribunal Superior do Trabalho, que o coordenará;

II - Michelle Ferreira Salgado Barros, do Tribunal Superior do Trabalho;

III - Anderson Corrêa da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região;

IV - Cláudio Delgado de Freitas, do Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região;

V - Felypp de Assis Oliveira, do Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região;

VI - Jefferson dos Santos Félix, do Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região.

Parágrafo único. Os servidores que compõem o gt-Extrator atuam sem prejuízo de suas atividades ou lotação na unidade de origem.

Art. 3º Compete ao gt-Extrator:

I - Analisar as issues classificadas como Dúvida de TI, Serviço de TI ou Defeito, conforme definição do [Ato GCGJT n. 7/2016](#);

II - Alterar o código fonte do Módulo Extrator do Sistema e-Gestão para atendimento ao Comitê Gestor Nacional, pelos Comitês Gestores Regionais e pelo Grupo de Trabalho do Sistema e-Gestão;

III - Acompanhar a homologação das versões do Módulo Extrator do Sistema e-Gestão, a ser realizada pelo gte-Gestão, conforme o [Ato GCGJT n. 10/2017](#), art. 3º, VII.

Parágrafo único. Cada membro do gt-Extrator será responsável pela análise de oito issues mensais.

Art. 4º A Secretaria de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho, em conformidade com suas atribuições regulamentares, será responsável pela supervisão e acompanhamento das atividades do gt-Extrator.

Art. 5º A Divisão de Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho, em conformidade com suas atribuições regulamentares, será responsável pela designação de issues aos membros do grupo e integração do código fonte, bem como pelo apoio técnico às atividades do gt-Extrator.

Art. 6º O gt-Extrator terá duração de doze meses, podendo ser prorrogado por igual período, caso mantenha-se a necessidade de serviço.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Este texto não substitui o original publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.